

# Crescimento econômico e investimento o necessário

## Introdução

*Clemente Ganz Lúcio*  
*Diretor técnico do DIEESE*

Nos 10 anos percorridos de 1998 a 2007, a renda real per capita brasileira – indicador do potencial de riqueza do país - teve crescimento de 13,56 %. Dividindo-se o período em dois quinquênios, observa-se que, nos primeiros cinco anos (1998 -2002), o crescimento correspondeu a 1,2%, enquanto no quinquênio seguinte (2003-2007), o crescimento foi de 12,42%. Neste quinquênio, a renda real per capita apresentou um resultado negativo, enquanto naquele, os resultados negativos ocorreram em três anos.

Resultados econômicos significativamente distintos para os trabalhadores brasileiros os observados nestes desempenhos quinquenais. Certamente, as explicações econômicas, conjunturais e estruturais são diversas e serão aprofundadas neste seminário. Não obstante, queremos apresentar aqui algumas reflexões baseadas na dinâmica recente da economia brasileira e, em particular, do mercado de trabalho brasileiro, e seus desafios, como contribuição ao tema. Por fim, apresentamos a Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento, que traz, de forma detalhada, os investimentos econômicos, políticos e sociais que os trabalhadores oferecem para o debate com a nação.

## 1) O mercado de trabalho brasileiro

A partir de meados dos anos 1990, o mercado de trabalho brasileiro sofreu uma profunda desestruturação, resultado de medidas que visavam reduzir o então denominado “custo Brasil”<sup>1</sup>. Na esteira da liberalização econômica que promoveu a abertura comercial, da desnacionalização, das privatizações, da reestruturação produtiva, da desregulação sob o eufemismo da flexibilização, o desempenho do mercado de trabalho agravou-se consideravelmente. As taxas e o tempo de desemprego

---

<sup>1</sup> No início dos anos 1990, o trabalho não era incluído no “custo Brasil”, que se vinculava às questões de infra-estrutura, tributária e financiamento (juros e crédito).

bateram recordes históricos, as condições de trabalho precarizaram-se diante de mudanças na legislação flexibilizadora, o rendimento real dos trabalhadores passou a apresentar anualmente quedas sistemáticas, a contratação informal também se expandiu significativamente, ao mesmo tempo em que as negociações sindicais tornaram-se, via de regra, defensivas, premidas pelas condições adversas do mercado de trabalho.

Esse cenário do mercado de trabalho foi agravado para os trabalhadores devido ao baixo dinamismo do crescimento econômico, fundado numa política econômica de estabilização, ancorada em taxas de juros altas e na sobrevalorização do Real, que culminou, em 1999, com uma forte crise cambial e do balanço de pagamentos, ocasião em que o país recorreu ao FMI e ao BIS em busca de empréstimo “emergencial”, sendo a política de câmbio fixo substituída pela de câmbio flutuante na sequência.

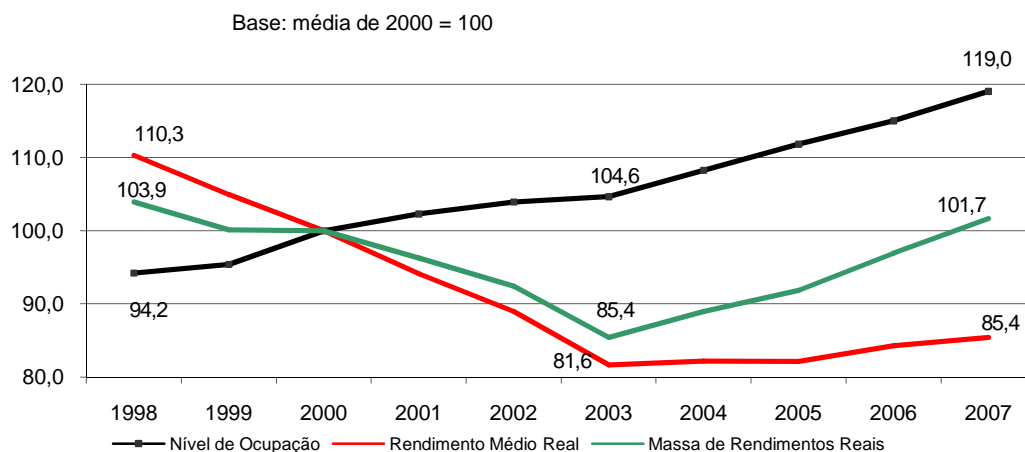
O primeiro quinquênio referido na introdução (1998-2002), marcado pelo diminuto crescimento da renda real per capita, teve início no amadurecimento dessa crise. Nesses anos, a renda real per capita experimentou decréscimo de 1,5%, em 1988, de 1,2%, em 1999, e de 0,2%, em 2001. Drástico cenário para quem vive do trabalho: alto desemprego e ausência de crescimento econômico.

### **1.1) A recuperação do mercado de trabalho 2003-2007**

O segundo quinquênio (2003-2007) apresentou, no primeiro ano, uma queda de 0,3% na renda real per capita. A partir de 2004, entretanto, os resultados acumulados do crescimento real do PIB, de 12,42%, tornaram o cenário relativamente mais favorável ao desempenho do mercado de trabalho. Os gráficos seguintes são representativos deste movimento.

No Gráfico 1, observa-se um movimento ascendente do nível de ocupação da economia ao longo do período, ganhando maior intensidade depois de 2003. A trajetória dos rendimentos reais obedece a duas fases, com tendências distintas. A primeira apresentou forte decréscimo no valor do rendimento médio, o que, combinado com o fraco dinamismo das ocupações, fez a massa de salários decrescer. Na segunda fase, a partir de 2004, ampliou-se o dinamismo das ocupações, que combinado com a recuperação do salário médio, melhorou significativamente a massa salarial no período.

**GRÁFICO 1**  
Índices do Nível de Ocupação, do Rendimento Médio Real e da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998-2007



Fonte: DIEESE, SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

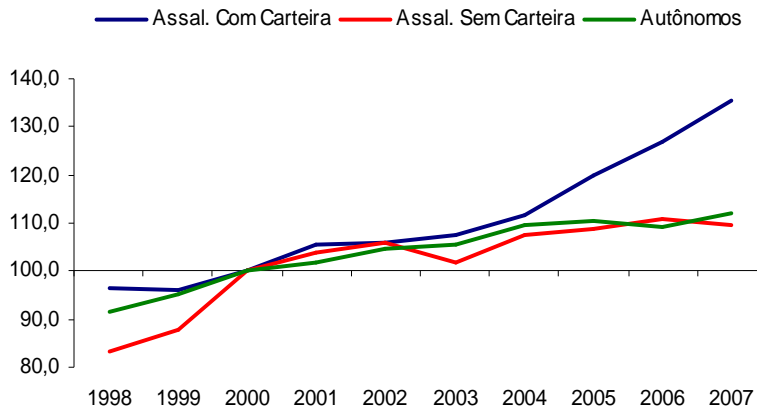
Elaboração: DIEESE

Obs.: Média das regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte e do Distrito Federal

Quando o movimento do mercado de trabalho é observado a partir da posição na ocupação, fica patente que, até 2000, os assalariados sem carteira tiveram uma tendência de crescimento maior que as demais categorias. Entre 2000 e 2004, trabalhadores formais, informais e autônomos apresentaram indicadores de crescimento semelhantes, com exceção de 2003, quando se observou leve queda no indicador do assalariamento sem carteira e discreto crescimento do assalariamento com carteira. Já a partir de 2004, os indicadores relativos aos trabalhadores com carteira assinada cresceram a taxas expressivas, alterando a participação relativa no mercado de trabalho em favor destes, segundo os dados da RAIS.

Isso por si só já revela que está havendo melhora na qualidade dos postos de trabalho criados no mercado de trabalho, devido à proteção social incluída no regime de contratação com carteira assinada. Os dados da RAIS também são expressivos nesse sentido, revelando um saldo positivo de 6,2 milhões de empregos formais no período 2003-2007, aos quais se acrescentaram mais 1,5 milhões em 2008, totalizando 7,7 milhões, segundo dados até julho. Acrescente-se que o salário médio real, de 2003 a 2006, apresentou crescimento 10,3%, revertendo uma trajetória anterior de quedas de valor.

GRÁFICO 2  
Índice do Nível de Ocupação, por Posição na Ocupação  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998-2007



Fonte: DIEESE, SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Média das regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte e do Distrito Federal

A retomada do crescimento econômico foi gradualmente revertendo as expectativas sobre o desempenho do mercado de trabalho, especialmente pela queda da taxa de desemprego pós 2003<sup>2</sup>. Vários fatores prestaram sua contribuição para este ambiente positivo no mercado de trabalho, entre os quais se destacam:

a) a baixa e declinante taxa de inflação até 2007;

b) a necessidade que as empresas passaram a ter de contratar profissionais mais qualificados e com mais experiência, já que o enxugamento realizado nos anos 1990 reduziu ao mínimo necessário o volume de trabalho embargado, inclusive nos extratos médios;

c) o incremento da ocupação, que reacende a capacidade de ação dos sindicatos que, de forma continuada e crescente, passam a melhorar os resultados dos acordos salariais;

d) a política de valorização do salário mínimo, que impactou a renda do trabalho dos mais pobres e os pisos salariais das categorias, além de prever uma regra de aumentos reais pelo crescimento do PIB;

<sup>2</sup> Em 2003, o desemprego metropolitano medido pela PED voltou ao patamar de 1999, com os desempregados superando a 20% da PEA. De 2004 a 2007, essa taxa experimentou uma redução de 5,3 p.p.

e) os programas de transferência de renda que, além de garantir rendimento, geram a oportunidade de recusa à oferta indigna e degradante de trabalho. Assim, desde 2003, a massa de rendimento cresce continuamente pelo efeito ocupação e, desde 2007, a curva do rendimento médio adquire sinal levemente positivo, reforçando o crescimento da massa salarial da economia pela combinação do efeito da renda e da ocupação.

## **1.2) Principais desafios do mercado de trabalho**

Apesar do crescimento econômico e da melhora do desempenho do mercado de trabalho, algumas características que geram insegurança ou que minam esses resultados persistem. Entre elas estão as altas taxas de rotatividade da mão-de-obra, o estoque de desemprego, com uma parcela – 1º quintil – em posição de desocupação estrutural, com raras possibilidades de inserção precária e quase nenhuma possibilidade de mobilidade ocupacional ascendente, bem como uma parcela grande dos ocupados contratada informalmente.

### **a) Rotatividade**

O mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se por apresentar altas taxas de rotatividade, que se acentuam em determinados setores, como a construção civil, agricultura e alguns subsetores de serviços, além de serem extremamente elevadas entre os jovens ou entre os de mais baixa renda. Apesar do crescimento do emprego, a taxa média para o Brasil cresceu e, segundo dados do registro administrativo do MTE, que se referem ao setor formal, passou de 41,6%, em 2003, para 46,1%, em 2007. É bem provável que aquilo que motivava a rotatividade no período de baixo crescimento da ocupação – redução da taxa de salários, ajuste da força de trabalho ativa na empresa e seleção dos melhores profissionais – venha se alterando com o crescimento econômico e da taxa de ocupação.

Neste período recente de crescimento da ocupação e de altos estoques de mão-de-obra desempregada, a rotatividade evidenciou um movimento em que os novos postos se caracterizam por salários menores. Os dados da movimentação do emprego nos últimos três anos indicam que as ocupações formais geradas se concentraram nas

faixas de remuneração mais baixas (até 2 salários mínimos, em 2006 e 2007, e até 3, em 2005). As demais faixas se caracterizaram por saldos negativos (Tabela 3).

TABELA 1  
Saldo de admitidos e desligados segundo faixa de remuneração  
Brasil - 2005 a 2007

Faixa de Remuneração	2005	2006	2007
Ate 0,5 salário mínimo	6.946	23.527	24.894
De 0,51 a 1,0 salário mínimo	139.428	480.794	493.055
De 1,01 a 1,5 salários mínimos	919.000	834.349	1.018.323
De 1,51 a 2,0 salários mínimos	353.849	211.086	286.321
De 2,01 a 3,0 salários mínimos	77.599	-81.799	-39.397
De 3,01 a 4,0 salários mínimos	-44.252	-73.994	-46.289
De 4,01 a 5,0 salários mínimos	-47.123	-49.013	-47.147
De 5,01 a 7,0 salários mínimos	-64.765	-54.702	-37.869
De 7,01 a 10,0 salários mínimos	-40.237	-24.899	-16.570
De 10,01 a 15,0 salários mínimos	-25.956	-21.435	-14.021
De 15,01 a 20,0 salários mínimos	-9.783	-8.316	-5.596
Mais de 20 salários mínimos	-18.171	-15.935	-11.497
Ignorado	7.446	9.023	13.185
<b>Total</b>	<b>1.253.981</b>	<b>1.228.686</b>	<b>1.617.392</b>

Fonte: MTE. Caged  
Elaboração: Costa e Huertas (2008)

Entretanto, se observarmos esse movimento, veremos que o volume de postos de trabalho com salários mais altos, fechados em 2006, correspondeu a mais de 21% do total de postos abertos - com menores salários. Em 2007, essa relação caiu para pouco mais de 11%. A hipótese que levantamos é a de que a continuidade do crescimento econômico e, conseqüentemente, da demanda por mão-de-obra deverão gradativamente diminuir esse diferencial e alterar a curva pró-ocupação melhor remunerada, além de mudar a iniciativa da rotatividade, podendo ser parte dela, nessas circunstâncias, oriunda da iniciativa do trabalhador na busca por melhores salários e condições de trabalho.

Quando analisamos os valores da remuneração média dos empregados formais admitidos e desligados em 2007, percebe-se que ocorreu, em todos os setores, um movimento de substituição de mão-de-obra por trabalhadores com salários menores. As maiores reduções da média salarial dos admitidos e desligados foram verificadas nas instituições financeiras; 35,1%, setor de material de transporte; 27,5%, nos serviços de utilidade pública; 22,4%, eletricidade e; material de comunicação, 20,4%. Já os setores

que apresentam a menor diferença, principalmente pela média salarial já ser baixa foram: comércio e administração de imóveis, 5,4%; construção civil, 5,8%. A Tabela 4 mostra que, em termos médios, a redução salarial via rotatividade no mercado de trabalho foi de 9%, indicando que:

*A flexibilidade, tanto alocativa quanto salarial, do mercado de trabalho permite que as empresas “troquem” seus trabalhadores, contratando novos empregados com menores salários e eliminando aqueles postos de trabalho com maior rendimento. Há um movimento de redução de custos de produção, possibilitado pela flexibilidade do mercado de trabalho (COSTA E HUERTAS, 2008).*

Essa redução tem sido atenuada no mercado de trabalho por dois movimentos importantes: a política de valorização do salário mínimo que, de 1995 a 2007, acumulou um aumento real de 40,9%, e, a partir de 2004, pelos resultados dos reajustes dos pisos salariais, já que a maioria das categorias profissionais conseguiu obter reajustes superiores à inflação.

TABELA 2  
Remuneração média de admitidos e desligados por subsetor de atividade (1)  
Brasil – 2007

Setor de Atividade	Remuneração Média dos Admitidos (R\$)	Remuneração Média dos Desligados (R\$)	Diferença entre Admitidos e Desligados (%)
Comércio e Adm. de Imóveis. Etc.	751,10	793,92	-5,4%
Agricultura	461,52	501,06	-7,9%
Alimentos e Bebidas	546,01	603,41	-9,5%
Serviços de Alojamento, Alimentação Etc.	573,12	622,84	-8,0%
Borracha, Fumo, Couro	659,05	732,40	-10,0%
Comércio Atacadista	687,51	771,62	-10,9%
Comércio Varejista	544,05	601,21	-9,5%
Construção Civil	692,67	734,98	-5,8%
Ind. Material Elétrico e Com.	873,45	1.097,19	-20,4%
Ensino	769,46	920,15	-16,4%
Extrativa Mineral	872,99	948,55	-8,0%
Indústria de Calçados	513,32	560,38	-8,4%
Indústria Mecânica	963,84	1.145,31	-15,8%
Indústria Metalúrgica	798,29	919,13	-13,1%
Indústria Química	835,25	1.031,29	-19,0%
Indústria Têxtil	521,02	584,79	-10,9%
Instituições Financeiras	1.550,74	2.390,45	-35,1%
Madeira e Mobiliário	553,24	605,14	-8,6%
Material de Transportes	1.002,57	1.383,09	-27,5%
Serv. Médicos, Ondont. e Veterinário	805,71	898,90	-10,4%
Minerais não Metálicos	593,63	698,29	-15,0%
Papel e Gráfica	797,23	967,22	-17,6%
Serv. Ind. De Util. Pública	779,28	1.004,80	-22,4%
Transporte e Comunicação	757,76	839,94	-9,8%
Total	641,19	705,57	-9,1%

Fonte: MTE. Caged

Nota: 1) Exclui-se a Administração Pública

#### b) Informalidade

A informalidade no mercado de trabalho brasileiro é muito significativa, seja qual for o critério definido para dimensioná-la. Considerando-se os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para as regiões metropolitanas pesquisadas, em 2007, os trabalhadores contratados na modalidade padrão, com proteção social e trabalhista, representavam pouco mais da metade dos ocupados em Belo Horizonte (52,0%) e Porto Alegre (53,2%). Nas demais regiões metropolitanas, o setor formal representava apenas 42,4%, em Recife, 45,6%, em Salvador, 49,2%, em São Paulo e 48,8%, no Distrito Federal (Tabela 5).



Ressalte-se que a heterogeneidade que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro pode ser ilustrada a partir da diversidade das formas de inserção em ocupações ditas informais. Enquanto as ocupações assalariadas à margem da modalidade padrão (ou seja, os assalariados sem carteira de trabalho assinada) representavam 22,7%, em São Paulo, os trabalhadores por conta própria totalizavam 14,0% e os empregados domésticos, 8,1%.

TABELA 3  
Distribuição dos ocupados no trabalho principal segundo forma de inserção ocupacional  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007

Formas de Inserção	(Em %)					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
<b>Total de Ocupados</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Cotratados</b>	<b>68,8</b>	<b>70,1</b>	<b>70,6</b>	<b>65,1</b>	<b>66,5</b>	<b>71,9</b>
À margem da modalidade padrão	16,8	21,3	17,4	22,7	21,0	22,7
Na modalidade padrão	52,0	48,8	53,2	42,4	45,6	49,2
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>19,4</b>	<b>15,7</b>	<b>18,9</b>	<b>21,5</b>	<b>21,4</b>	<b>16,0</b>
Conta Própria	16,8	14,0	15,8	20,4	19,8	14,0
Pequenos Empregadores (1)	1,2	0,8	1,0	0,6	0,9	0,8
Profissional Universitário Autônomo	1,5	0,9	2,1	0,4	0,7	1,2
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>8,0</b>	<b>10,0</b>	<b>6,7</b>	<b>8,8</b>	<b>8,7</b>	<b>8,1</b>
<b>Outros</b>	<b>3,8</b>	<b>4,2</b>	<b>3,8</b>	<b>4,6</b>	<b>3,3</b>	<b>4,0</b>

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal

Considerando-se ainda as diferenças regionais, é possível observar a elevada participação dos autônomos, ou conta-própria, em Recife e Salvador, atingindo 20,4% e 19,8% do total de ocupados, com implicações diretas sobre as condições de trabalho e remuneração, de acordo com a Tabela 4. Em Belo Horizonte, por exemplo, o rendimento médio real na modalidade padrão (R\$ 1.116,00) era 58% maior do que o do assalariado sem carteira (R\$ 706,00) e 51% do que o rendimento do conta-própria (R\$ 740,00) em 2007 (Tabela 6).

**TABELA 4**  
Rendimento médio real dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007

(em R\$ de novembro de 2007)

Formas de Inserção	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
<b>Total de Ocupados</b>	<b>987</b>	<b>1.523</b>	<b>1.028</b>	<b>658</b>	<b>822</b>	<b>1.140</b>
<b>Cotratados</b>	<b>1.016</b>	<b>1.734</b>	<b>1.042</b>	<b>726</b>	<b>908</b>	<b>1.168</b>
À margem da modalidade padrão	706	913	739	463	607	799
Na modalidade padrão	1.116	2.095	1.141	867	1.049	1.342
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>887</b>	<b>957</b>	<b>1.004</b>	<b>493</b>	<b>607</b>	<b>1.047</b>
Conta Própria	740	796	856	447	540	868
Pequenos Empregadores (1)	956	1.007	(2)	(2)	(2)	(2)
Profissional Universitário Autônomo	(2)	4.052	2.498	(2)	(2)	(2)
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>390</b>	<b>423</b>	<b>451</b>	<b>294</b>	<b>303</b>	<b>454</b>
<b>Outros</b>	<b>2.973</b>	<b>4.005</b>	<b>2.695</b>	<b>(2)</b>	<b>2.982</b>	<b>3.899</b>

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: Inflator utilizado: IPCA/BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

Porém, importa salientar, que mesmo no período recente, entre 2004 e 2007, quando se observou o crescimento da oferta de postos de trabalho formais, as ocupações informais também apresentaram taxas expressivas de crescimento, revelando a sua persistência e reprodução na dinâmica do mercado de trabalho. Assim, o trabalho metropolitano informal de trabalhadores independentes cresceu 2,1% ao ano, entre 1998-2004, e 1,9% ao ano, entre 2004-2007. Destaca-se o DF, que apresentou um crescimento de 7,1% de trabalhadores independentes e 4,5% de ocupações formais entre 2004-2007 (Tabela 7).

**TABELA 5**  
**Estimativa dos ocupados, no trabalho principal, segundo forma de inserção ocupacional**  
**Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998-2007**

Forma de inserção	Estimativas (em mil pessoas)			Taxa de crescimento (em % a.a.)	
	1998	2004	2007	2004-1998	2007-2004
<b>Belo Horizonte</b>	<b>1.596</b>	<b>1.904</b>	<b>2.251</b>	<b>3,0</b>	<b>5,7</b>
<b>Cotratados</b>	<b>1.049</b>	<b>1.270</b>	<b>1.549</b>	<b>3,2</b>	<b>6,8</b>
À margem da modalidade padrão	287	364	378	4,0	1,3
Na modalidade padrão	762	906	1.171	2,9	8,9
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>308</b>	<b>377</b>	<b>437</b>	<b>3,4</b>	<b>5,0</b>
Conta Própria	271	330	378	3,3	4,6
Demais	37	47	59	4,1	7,9
<b>Distrito Federal</b>	<b>739</b>	<b>920</b>	<b>1.055</b>	<b>3,7</b>	<b>4,7</b>
<b>Cotratados</b>	<b>506</b>	<b>654</b>	<b>740</b>	<b>4,4</b>	<b>4,2</b>
À margem da modalidade padrão	129	203	225	7,8	3,5
Na modalidade padrão	377	451	515	3,0	4,5
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>109</b>	<b>135</b>	<b>166</b>	<b>3,6</b>	<b>7,1</b>
Conta Própria	94	117	148	3,7	8,1
Demais	15	18	18	3,1	0,0
<b>Porto Alegre</b>	<b>1.325</b>	<b>1.520</b>	<b>1.653</b>	<b>2,3</b>	<b>2,8</b>
<b>Cotratados</b>	<b>888</b>	<b>1.059</b>	<b>1.167</b>	<b>3,0</b>	<b>3,3</b>
À margem da modalidade padrão	196	280	288	6,1	0,9
Na modalidade padrão	692	779	879	2,0	4,1
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>280</b>	<b>299</b>	<b>312</b>	<b>1,1</b>	<b>1,4</b>
Conta Própria	239	253	261	1,0	1,0
Demais	41	46	51	1,9	3,5
<b>Recife</b>	<b>1.120</b>	<b>1.192</b>	<b>1.301</b>	<b>1,0</b>	<b>3,0</b>
<b>Cotratados</b>	<b>685</b>	<b>765</b>	<b>847</b>	<b>1,9</b>	<b>3,5</b>
À margem da modalidade padrão	245	286	295	2,6	1,0
Na modalidade padrão	440	479	552	1,4	4,8
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>256</b>	<b>265</b>	<b>280</b>	<b>0,6</b>	<b>1,9</b>
Conta Própria	236	250	265	1,0	2,0
Demais	20	15	15	-4,7	0,0
<b>Salvador</b>	<b>1.046</b>	<b>1.261</b>	<b>1.423</b>	<b>3,2</b>	<b>4,1</b>
<b>Cotratados</b>	<b>642</b>	<b>798</b>	<b>946</b>	<b>3,7</b>	<b>5,8</b>
À margem da modalidade padrão	220	284	299	4,3	1,7
Na modalidade padrão	422	514	649	3,3	8,1
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>243</b>	<b>289</b>	<b>305</b>	<b>2,9</b>	<b>1,8</b>
Conta Própria	222	264	282	2,9	2,2
Demais	21	25	23	2,9	-2,7
<b>São Paulo</b>	<b>7.126</b>	<b>8.082</b>	<b>8.681</b>	<b>2,1</b>	<b>2,4</b>
<b>Cotratados</b>	<b>4.839</b>	<b>5.593</b>	<b>6.242</b>	<b>2,4</b>	<b>3,7</b>
À margem da modalidade padrão	1.529	1.991	1.971	4,5	-0,3
Na modalidade padrão	3.310	3.602	4.271	1,4	5,8
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>1.276</b>	<b>1.431</b>	<b>1.389</b>	<b>1,9</b>	<b>-1,0</b>
Conta Própria	1.095	1.244	1.215	2,1	-0,8
Demais	181	187	174	0,5	-2,4
<b>Metropolitano</b>	<b>12.952</b>	<b>14.879</b>	<b>16.364</b>	<b>2,3</b>	<b>3,2</b>
<b>Cotratados</b>	<b>8.609</b>	<b>10.139</b>	<b>11.491</b>	<b>2,8</b>	<b>4,3</b>
À margem da modalidade padrão	2.606	3.408	3.456	4,6	0,5
Na modalidade padrão	6.003	6.731	8.037	1,9	6,1
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>2.472</b>	<b>2.796</b>	<b>2.889</b>	<b>2,1</b>	<b>1,1</b>
Conta Própria	2.157	2.458	2.549	2,2	1,2
Demais	315	338	340	1,2	0,2

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais  
 PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
 Elaboração: DIEESE

A insuficiência da proteção social é refletida nos dados acerca da contribuição para a previdência. Do total de assalariados sem carteira de trabalho, apenas 23,9% em São Paulo e 38,5% em Salvador estão comprometidos com essa contribuição que lhes assegura os respectivos benefícios previdenciários. Por seu turno, do total de autônomos, observa-se uma grande variação, com apenas 7,3% de contribuintes em Recife, diante dos 31,6% em Porto Alegre, ressaltando diferenças regionais ainda não devidamente analisadas (Tabela 8).

Os empregados domésticos apresentam porcentagens de participação no total de contribuintes no intervalo entre 32,9% (Recife) e 51,6% (Porto Alegre), revelando o longo caminho para se universalizar a proteção social nessa categoria de trabalhadores, cuja participação de mulheres é majoritária.

**TABELA 6**  
Proporção de ocupados que contribuem à previdência, segundo forma de inserção ocupacional  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2007

Formas de Inserção	(Em %)					
	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Recife	Salvador	São Paulo
<b>Total de Ocupados</b>	<b>68,2</b>	<b>64,6</b>	<b>72,5</b>	<b>54,5</b>	<b>61,6</b>	<b>63,4</b>
<b>Cotratados</b>	<b>83,6</b>	<b>80,1</b>	<b>83,3</b>	<b>74,3</b>	<b>80,6</b>	<b>76,0</b>
<b>À margem da modalidade padrão</b>	32,7	34,6	32,4	26,2	38,5	23,9
<b>Na modalidade padrão</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
<b>Trabalhadores Independentes</b>	<b>20,9</b>	<b>11,6</b>	<b>38,5</b>	<b>8,7</b>	<b>14,6</b>	<b>22,1</b>
<b>Conta Própria</b>	16,3	8,1	31,6	7,3	12,1	18,5
<b>Pequenos Empregadores (1)</b>	60,3	(2)	74,1	(2)	(2)	36,7
<b>Profissional Universitário Autônomo</b>	41,6	(2)	74,4	(2)	(2)	54,8
<b>Empregados Domésticos</b>	<b>50,3</b>	<b>41,9</b>	<b>51,6</b>	<b>32,9</b>	<b>35,4</b>	<b>38,8</b>
<b>Outros</b>	<b>68,5</b>	<b>57,4</b>	<b>77,6</b>	<b>28,7</b>	<b>52,8</b>	<b>50,6</b>

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Empregadores com até 5 empregados e com ganhos até o rendimento mediano nominal mensal.

(2) A amostra não comporta a desagregação para essa categoria.

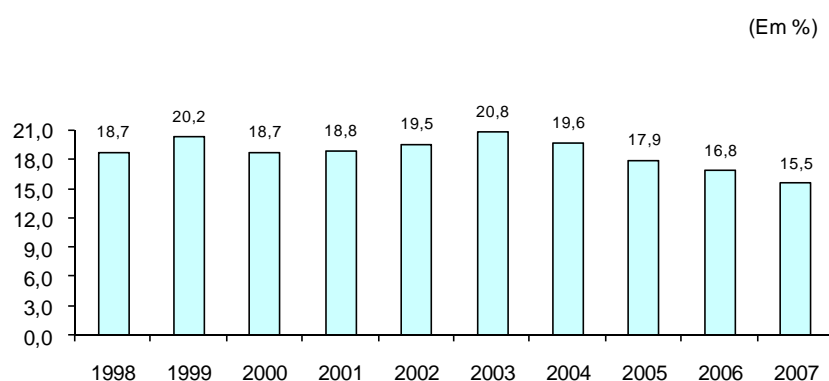
c) Desemprego

Uma das principais características do mercado de trabalho brasileiro na última década foi a persistência de elevadas taxas de desemprego. No período de 1998 a 2007, a dinâmica da taxa de desemprego nas regiões metropolitanas esteve relacionada com o

desempenho do nível de ocupação. Entre 1998 e 2003, quando o nível de ocupação cresceu mais lentamente, a taxa de desemprego continuou aumentando (exceto em 2000), até atingir o maior valor em 2003 (20,8%). A partir de 2004, a ocupação cresceu em uma velocidade maior, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego começou a declinar de forma mais consistente, atingindo o menor valor da série (15,5%) em 2007 (Gráfico 4).

Apesar dessa queda expressiva, resultante do crescimento econômico no período, o montante de desempregados permanece muito elevado. Em 2007, o desemprego atingiu 3 milhões de pessoas no total das regiões metropolitanas.

GRÁFICO 3  
Taxa de Desemprego Total  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 1998-2007



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Elaboração: DIEESE  
Obs.: Média das regiões metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Porto Alegre e Belo Horizonte e do Distrito Federal

Somente na Região Metropolitana de São Paulo, os desempregados somam 1.508 mil pessoas. Destes, cerca de 430 mil estão desempregados há mais de um ano. Isto coloca um grande desafio, o de criar ações que permitam que estas pessoas, afastadas há muito tempo de uma ocupação, possam encontrar uma nova posição no mercado de trabalho.

## 2) Crescimento econômico e mercado Interno

O desempenho econômico, nos anos recentes, foi fortemente influenciado, por um lado, por uma política orientada para o mercado interno, reforçada pelos resultados favoráveis e, por outro lado, pelo mercado externo, com o crescimento das exportações, que resultou em saldos expressivos da balança comercial e das transações correntes.

O mercado interno foi impulsionado pela recuperação do mercado de trabalho e dos programas de garantia de renda, que melhoraram a capacidade de consumo das famílias. A política de crédito também contribuiu, ampliando o consumo de bens duráveis e influenciando o mercado habitacional.

O Quadro 1 demonstra o movimento do consumo final das famílias e revela a retomada do crescimento deste indicador após 2003, que teve ampliada sua contribuição no crescimento do PIB e recuperou sua participação.

QUADRO 1  
Consumo Final das Famílias - 1998-2007

Anos	Contribuição no crescimento do PIB (%)	Taxa de Crescimento (%)	Participação no PIB
1998	-0,39	-0,61	62,93%
1999	0,21	0,34	63,34%
2000	2,49	3,93	62,98%
2001	0,42	0,67	62,22%
2002	1,13	1,82	60,32%
2003	-0,39	-0,65	60,65%
2004	2,31	3,81	58,47%
2005	2,64	4,52	59,00%
2006	2,73	4,64	60,35%
2007	3,94	6,52	60,87%

Fonte: IPEA DATA  
Elaboração: DIEESE

Se agregarmos as despesas da administração pública às despesas das famílias, temos o indicador da “absorção interna”, que também apresenta um movimento de recuperação após 2003. Entretanto, em comparação com o final da década de 1990, quando sua participação era de 85% do PIB, este indicador apresenta queda de cerca de 4 p.p.. Ainda assim, este é um indicador de resultados de grande importância, pois revela a recuperação da capacidade de demanda interna, garantindo mercado para a produção crescente.

## 2.1) Crescimento, produtividade e investimento

Um estudo do IEDI<sup>3</sup>, publicado recentemente, revela algumas informações importantes sobre os investimentos produtividade na indústria brasileira (Quadro 2):

QUADRO 2  
Indústria - Taxa Média Acumulada da Produtividade em Valor (%) e  
taxa Média de Investimento (%) - 1996-2006

Setores	Crescimento da Produtividade	Média da Taxa de Investimento
Indústria Extrativa	361,1	21,8
Indústria de Transformação	159,2	12,5
Total Indústria	163,9	12,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Anual Industrial. Estudo citado do IEDI com base no IBGE

O resultado dessa alta taxa de produtividade foi fortemente influenciado pela queda da participação dos salários no valor da transformação industrial (VTI), que perdeu 8 p.p., quando se compara o ano de 1996 com o ano de 2000, quando representaram 30,1% e 22,5%, respectivamente.

Em 2006, essa participação é de 21,2%, mesmo com a recuperação e o crescimento da produção após 2004. Diante de uma produtividade de 163,9% entre 1996 e 2006, o crescimento do salário médio foi de 85,9% . No mesmo período, a média da taxa de investimento industrial foi de 12,5%, segundo o IEDI.

No conjunto da atividade econômica brasileira, tomando-se a formação bruta de capital fixo como indicador do investimento, pode-se observar, pelas estimativas do Banco Central, que este apresenta crescimento real ano a ano, sendo de 36%, quando se comparam os resultados do ano de 2007 com 2006, superando o crescimento da poupança, que foi de 32% e também apresenta trajetória de crescimento no período.

Analisando os resultados<sup>4</sup>, sob a ótica da composição institucional da FBKF e da poupança, observamos que, para estes resultados, por ordem, as empresas têm contribuição decisiva e são responsáveis, em termos médios, por 69% da poupança e por 62% da FBKF; as famílias respondem por 69% e 25%; a administração pública

<sup>3</sup> Carta IEDI nº 326 – A Evolução da Estrutura Industrial. (Publicação Eletrônica)

<sup>4</sup> Refere-se aos período 2001 a 2005, para quando o detalhamento destes dados esta disponível.

apresenta poupança negativa de -21% e participação positiva na FBKF, de 11%; já as empresas financeiras são responsáveis por cerca de 18% da formação da poupança com participação de 0,5% na FBKF.

**QUADRO 3**  
Poupança Bruta e Formação Bruta de Capital Fixo - em % do PIB  
2003-2007

Indicador	2003	2004	2005	2006 <sup>1</sup>	2007 <sup>1</sup>
Poupança	16,0	18,5	17,3	17,7	17,7
FBKF	15,8	17,1	16,2	16,9	17,9

Fonte: Boletim de Banco Central  
Elaboração : DIEESE  
Nota: Estimativas Banco Central

No que se refere à FBKF, é ainda importante registrar a mudança ocorrida na participação dos componentes, observando-se que, a partir de 2003, a participação percentual das máquinas e dos equipamentos superou a participação da construção. Em 2005, a diferença ficou em 7 p.p. em favor do primeiro grupo.

**QUADRO 4**  
Componentes da FBKF  
2001-2005

Componentes (1)	2001	2002	2003	2004	2005
Maquinas e Equipamentos	45,84	44,33	46,80	47,90	49,86
Construção	46,48	47,29	44,19	43,73	42,28

Fonte: IBGE  
Elaboração: DIEESE  
Nota: (1) Excluído outros

## 2.2) Os desafios ao crescimento sustentado

Tomamos como ponto de partida aqui a seguinte observação da professora Maria da Conceição Tavares<sup>5</sup>, em sua aula sobre o desenvolvimento econômico brasileiro:

<sup>5</sup> NOTAS DE AULA SOBRE O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO - Aula inaugural proferida em 28 de agosto de 2007, no curso "Desenvolvimento Brasileiro", organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.



*“A indústria pode ser mercado de si mesma, através da matriz de relações intersetoriais, sobretudo nos ciclos de expansão acelerada. Em particular, com investimento em aumento de capacidade nos setores mais dinâmicos da industrialização pesada..... Os investimentos autônomos das grandes empresas industriais nos setores de bens de consumo durável produzem, além de um efeito multiplicador da renda e do emprego, um efeito acelerador que se traduz em aumento do investimento em todas as cadeias industriais a montante e a jusante (exemplo mais marcante: indústria automobilística). Evidentemente, a indústria tradicional de bens de consumo não durável não tem um dinamismo semelhante e requer a expansão prévia da demanda de consumo.”*

O crescimento recente da indústria brasileira, se ainda não apresenta as características de um ciclo virtuoso, tal como o descrito acima, já revela um momento de expansão alentador e capaz de revigorar as esperanças dos trabalhadores brasileiros na retomada de um ciclo de expansão sustentada, capaz de ser irradiado para o conjunto da economia. Este é o principal desafio posto à sociedade brasileira após décadas de baixo crescimento econômico.

A ampliação da capacidade de investimento, para promover este objetivo, adquire centralidade no debate e constitui-se em uma das vertentes deste desafio. Neste sentido, a superação da política fiscal contracionista comprometida com a geração de grande “superávit primário”, combinada com uma política monetária também contracionista, com base em taxas de juros reais das mais altas do mundo e, combinada ainda, por consequência do câmbio livre, com uma política cambial que sobrevaloriza a moeda nacional, tornam-se os principais elementos da política econômica a serem superados para a promoção do crescimento sustentado.

O crescimento recente é ilustrativo do caráter dinâmico da economia brasileira capaz de reagir prontamente aos estímulos de políticas econômicas adequadas a promover a expansão produtiva. Bastou um breve período de queda das taxas de juros - ainda que em situação adversa em relação ao câmbio e o “superávit primário”- para a retomada das taxas de crescimento, estimulando o investimento autônomo dos empresários. A continuidade do crescimento requer ainda o aumento seletivo do gasto público priorizando áreas estratégicas que dêem suporte ao crescimento. Também se

torna desafiante a prática de uma política cambial realista capaz de fazer frente aos efeitos deletérios do câmbio sobre a atividade econômica interna.

Na trajetória voltada para o crescimento, ganha centralidade o papel do Estado como formulador e indutor das decisões estratégicas que levem o país à superação dos gargalos estruturais dos quais dependem tanto o investimento econômico quanto o social. Neste sentido, finalizamos este texto, incorporando a ele (em anexo) as propostas presentes na AGENDA DOS TRABALHADORES PELO DESENVOLVIMENTO, elaborada pelas Centrais Sindicais brasileiras em conjunto com o DIEESE, cujos fundamentos se explicitam abaixo:

## OS FUNDAMENTOS DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PELA AGENDA DOS TRABALHADORES PELO DESENVOLVIMENTO

A Agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento tem como pressuposto a superação da dicotomia entre crescimento econômico e desenvolvimento social, de forma a garantir a inclusão de todos brasileiros como produtores e beneficiários do progresso.

O desenvolvimento defendido pelas Centrais Sindicais é entendido como um processo no qual cabe aos atores sociais escolherem o caminho para que seja alcançado o bem estar comum. O desenvolvimento deve ser sustentável do ponto de vista ambiental e respeitar a diversidade social, política e cultural.

É fundamental, também, uma política econômica que favoreça o crescimento, a distribuição de renda e o aumento da capacidade de investimento do setor público e privado. Igualmente importante é a implementação de uma política de juros decrescentes, de tratamento pertinente da dívida pública interna e de equilíbrio do câmbio e do fluxo de capitais.

No que se refere às relações de trabalho, entendemos que o desenvolvimento deve ter como fundamento a promoção do trabalho decente – princípio propugnado pela OIT – e da negociação coletiva.

As Centrais Sindicais entendem que o desenvolvimento aqui defendido só poderá ser alcançado se houver capacidade de articulação e coordenação das escolhas e das decisões políticas e que, para isso, o diálogo social é um bom caminho. Desde já, declaramos nossa disposição para esse fim.

## **Bibliografia:**

BACEN. **Boletim do Banco Central**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/>.

CENTRAIS SINDICAIS. **Agenda dos trabalhadores pelo desenvolvimento**. São Paulo: DIEESE, 2007. (Jornada pelo desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho).

CONCEIÇÃO TAVARES, Maria. **Notas de Aula Sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Aula inaugural proferida em 28 de agosto de 2007, no curso “Desenvolvimento Brasileiro”**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

COSTA, Patrícia Lino e HUERTAS NETO, Miguel. **Impactos da Rotatividade na Renda dos Trabalhadores: Uma Análise do Período Atual**. São Paulo: DIEESE, 2008.

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/anu/anuario2007.pdf>.

IBGE. **Pesquisa nacional de amostra de domicílio: síntese dos indicadores 2006**. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Contas Nacionais**. Rio de Janeiro, 2007.

IEDI. **Carta IEDI nº. 326: A Evolução da Estrutura Industrial**. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>.

IPEA. **IPEA DATA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

MTE. **CAGED: Cadastro geral de empregados e desempregados**. Brasília: MTE, 2004.

\_\_\_\_\_. **RAIS: relação anual de informações sociais**. Brasília: MTE, 2003.

CONVÊNIO DIEESE/SEADE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. São Paulo, vários anos. Mensal.